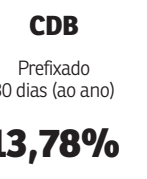


Dólar	Últimos
26/agosto	5,151
27/agosto	5,162
28/agosto	5,196
31/agosto	5,180
1/setembro	5,155



Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67
Maió/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07

PAUTA ECONÔMICA

Fim da escala 6x1 avança no Senado

Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob debate acalorado, PEC segue para votação no plenário da Casa

» ARMANDO HOLANDA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que acaba com a escala de trabalho 6x1 venceu, ontem, uma das principais etapas de tramitação no Senado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o relatório do senador Omar Aziz, com redução da jornada semanal de 44 para 40 horas e ampliação de um para dois dias o período de descanso, sem redução salarial.

A PEC havia sido aprovada no plenário da Câmara em maio deste ano. Na CCJ do Senado, o relator rejeitou todas as 36 emendas apresentadas. Aziz explicou que alterações retornariam o texto à nova deliberação dos deputados.

Com o aval do colegiado, governistas agora trabalham para acelerar a análise do texto no plenário. Há expectativa para que o texto seja votado hoje, mas o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP) não bateu martelo.

A votação na CCJ terminou com 23 votos favoráveis e quatro contrários. Rogério Marinho (PL-RN), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Tereza Cristina (PP-MS) e Jaime Bagattoli (PL-RO) fizeram questão de registrar posição contra a proposta. Marinho é coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), enquanto Tereza Cristina chegou a ser considerada para ocupar a vice na chapa do senador.

Embora a votação na comissão tenha ocorrido de forma simbólica, os quatro parlamentares pediram o registro nominal de seus votos contrários. O movimento passou a ser

Geraldo Magela/Agência Senado



Durante a votação na CCJ, o relator Aziz reagiu quando o líder da oposição Rogério Marinho chamou de burro quem se diz a favor da proposta

explorado por integrantes do governo e do PT, que tentam associar a resistência à PEC a aliados de Flávio. O secretário de Comunicação do PT, Édén Valadares, destacou que os demais 23 senadores presentes apoiaram o relatório.

A aprovação também faz parte de uma articulação construída nos últimos dias entre o governo Lula e Alcolumbre para destravar pautas

consideradas prioritárias pelo Palácio do Planalto durante o esforço concentrado do Congresso.

Bate-boca

A temperatura subiu durante o debate na comissão. Aziz e Marinho protagonizaram um bate-boca quando o líder da oposição tentou defender sua posição contrária

à aprovação, afirmando que os efeitos econômicos da medida seriam negativos. “É óbvio, é ululante, é claro, é transparente, é cristalino. E quem diz o contrário ou tem má-fé ou é burro”, disse ele.

Ofendido, Aziz tomou a palavra. “Eu acho que o senador Rogério Marinho se exaltou, chamou gente de burro, leviano e incompetente. Palavras duras para colegas.”

Em seguida, indagou, dirigindo-se a Marinho: “Vossa Excelência está dizendo que no seu partido tem gente leviana, incompetente e burra?”

O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), também entrou na conversa, ao afirmar, em tom irônico, que Rogério Marinho estava “muito nervoso”. Em seguida, Alencar, que é médico, listou vários

medicamentos que teria levado para a reunião. “Eu me preocupei, eu trouxe hoje Lexotan, Adalat sublingual para pressão alta e Isordil para infarto. Está tudo no bolso. Se vossa excelência quiser, eu sirvo agora mesmo”. Marinho rebateu afirmando que o “cardápio” do colega era para muitos gostos.

Nos bastidores, até Rodrigo Pacheco (PSB-MG), recém-aprovado pelo Senado para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), entrou nas conversas. O senador esteve reunido com Alcolumbre na residência oficial e, segundo interlocutores, atuou na tentativa de construir votos para a PEC. A movimentação reforçou a ofensiva governista para fazer o texto avançar ainda esta semana, antes da paralisação dos trabalhos legislativos em razão das eleições.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, comemorou o resultado e afirmou que a votação mostrou que o Senado “ouviu as ruas” e os trabalhadores. “Nós acreditamos que a escala 6x1 está com os dias contados no Brasil”, disse. Segundo ele, o governo espera que a proposta seja levada ao plenário ainda durante o esforço concentrado.

Boulos também colocou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva diretamente na ofensiva pela aprovação. “O presidente Lula já está com a caneta pronta para promulgar essa PEC, só esperando o plenário do Senado Federal”, afirmou. Para que isso ocorra, no entanto, a proposta ainda precisa cumprir as etapas regimentais e obter o apoio necessário no plenário

MP que zera taxa das blusinhas será votada hoje

» LUÍZA ALTOÉ

Os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal devem analisar, hoje, a Medida Provisória (MP) 1357/2026, que põs fim à “taxa das blusinhas”, imposto federal de importação de 20% aplicado sobre compras internacionais de até US\$ 50. A matéria é considerada prioritária pelo governo pelo grande apelo popular às vésperas das eleições e precisa concluir a tramitação no Congresso Nacional até 8 de setembro, para que a tributação não seja retomada.

Aprovado, ontem, na comissão especial que discutiu o tema, o texto original da MP passou por alterações para ser mais bem recebido pelo setor produtivo, que aponta para uma concorrência desleal com a tributação zerada. O relatório mantém, no entanto, a autorização para que o ministério da Fazenda altere as aliquotas de imposto de importação para remessas postais internacionais. As alíquotas podem ser reduzidas a zero para compras de até US\$ 50 e a 30% para remessas de até US\$ 3 mil.

A relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF), acolheu nove das 112 emendas apresentadas. Com isso, foi adicionado um mecanismo que determina ao Ministério da Fazenda a realização de avaliações periódicas sobre os efeitos econômicos da medida. A primeira análise deve ser concluída em até três meses após a publicação da matéria. A

partir daí, o relatório prevê novas avaliações a cada seis meses.

O regime de tributação simplificada também será objeto de avaliação anual pelo Congresso Nacional. A ideia é que os dados sejam divulgados e, caso seja identificado um impacto considerável na economia brasileira, medidas de mitigação possam ser adotadas. O relatório estabelece cinco grupos de indicadores a serem avaliados: emprego e renda; competitividade nacional; compras internacionais; diferença de tributação e arrecadação. Serão monitorados, obrigatoriamente, os setores: têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos.

“A única forma à disposição desse estrato social para adquirir produtos importados de pequeno valor é pela remessa internacional. Tributar pesadamente essa remessa, ao mesmo tempo em que se preserva a generosa isenção de bagagem, equivale a proteger o consumo do mais rico e onerar o do mais pobre”, argumentou Leila.

Plataformas

O texto aprovado determina que as plataformas digitais intermediadoras e operadores logísticos adotem mecanismos destinados à identificação de indícios de subfaturamento, fracionamento artificial de remessas e ocultação de remetente. Além disso, devem implementar medidas para evitar

Saulo Cruz/Agência Senado



Para viabilizar a aprovação, a relatora Leila Barros acatou emendas que alteram o texto original

a comercialização de produtos de origem ilícita ou que infrinjam os direitos de propriedade intelectual.

O descumprimento das obrigações pode sujeitar o infrator a advertências, multas proporcionais ao valor das transações com produtos ilegais, suspensão temporária das atividades e, em casos graves ou reincidentes, ser proibida de operar no mercado nacional. Entre as medidas previstas estão a verificação da identidade dos vendedores; disponibilização de canais

para denúncias; retirada de anúncios de produtos ilegais; suspensão de vendedores infratores; e realização de auditorias periódicas. Caberá às plataformas garantir a rastreabilidade dos vendedores estrangeiros, monitorar as remessas e cooperar com a Receita Federal.

Imposto zero

Outra emenda permite que, em caso de medicamentos sem similar nacional, importados por pessoa

física para uso próprio ou individual para tratamento de doenças raras ou negligenciadas, o relatório prevê alíquota zero do Imposto de Importação e afasta os limites de valor do Regime de Tributação Simplificada (RTS).

“Trata-se de medida que pode reduzir o custo e facilitar o acesso a medicamentos indisponíveis no Brasil, assegurando a realização e a continuidade de tratamentos médicos de alta complexidade”, avaliou a relatora.

» Indústria cresce 0,2%

A produção industrial brasileira cresceu 0,2% em julho, na comparação com junho, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com julho de 2025, no entanto, a indústria registra recuo de 0,5%, interrompendo uma sequência de quatro meses seguidos de crescimento nesse tipo de comparação. No acumulado de 2026, a produção industrial cresceu 1,1%. Já no período de 12 meses encerrado em julho, o crescimento é de 0,6%. Entre as quatro grandes categorias econômicas pesquisadas pelo IBGE, três apresentaram crescimento em julho ante junho. O destaque ficou com os bens de consumo duráveis, cuja produção avançou 3,2%. Em seguida, aparecem os bens de capital, com alta de 2,4%. A produção de bens de consumo semi e não duráveis aumentou 0,5%. Já os bens intermediários foram a única categoria a apresentar queda, com recuo de 0,2%. Entre as 25 atividades industriais analisadas, 13 tiveram aumento na produção em julho.